

Formas da intuição e intuições formais em Kant

[Forms of intuition and formal intuitions in Kant]

Danillo Leite *

Universidade Federal do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Introdução

Para além dos objetivos específicos propostos por Kant na “Dedução Transcendental das Categorias”, a nota presente no §26 desta seção também desencadeia toda uma discussão acerca da sua concepção do tempo e do espaço, e, desse modo, remete o leitor também a questões abordadas ao longo “Estética Transcendental”, onde a estrutura a priori da sensibilidade humana é pela primeira vez exposta. A referida nota introduz uma distinção entre espaço e tempo considerados como “formas da intuição” ou como “intuições formais”, o que parece revelar uma dupla maneira de se compreendê-los, aparentemente ausente nas teses desenvolvidas ao longo da “Estética”.

Embora diga respeito primeiramente à sua teoria da sensibilidade, esta distinção também traz à baila um aspecto fundamental do seu projeto epistêmico mais amplo. Ao indicar que espaço e tempo seriam, de certo modo, um produto da espontaneidade, Kant também põe em jogo a relação entre os dois polos constitutivos do sujeito cognoscente, receptividade e espontaneidade. Trata-se de saber, na verdade, se ou em que medida aquela estaria subordinada a esta. Logo, uma análise mais precisa destas duas maneiras de se compreender as formas da sensibilidade humana nos mostrará alguns dos limites da espontaneidade do sujeito e, por conseguinte, do próprio idealismo kantiano.

O presente trabalho está dividido em três partes. Na primeira, são apresentadas as principais teses de alguns comentadores e filósofos acerca do problema em questão. Embora este levantamento não pretenda ser exaustivo, cremos que ele cumpre seu objetivo ao nos permitir o acesso a um debate onde é possível divisar duas linhas interpretativas conflitantes sobre o modo como Kant concebe a oposição formas da intuição / intuições formais, as quais classificaremos como “intelectualista” e “não intelectualista”. A segunda parte compreende uma análise do texto de Kant intitulado “Sobre *os Artigos de Kästner*”, onde buscamos elementos

* danilloleite@yahoo.com.br

capazes de corroborar a segunda linha interpretativa exposta na primeira parte, não intelectualista, da qual nos aproximamos. Ainda nesta seção, procuramos estabelecer um paralelo entre as teses deste texto e algumas das que Kant defende na “Estética Transcendental”. Tais análises permitirão que, na terceira parte, caracterizemos as intuições formais a partir do modo como a imaginação, em seu uso transcendental, sintetiza um múltiplo sensível puro, produzindo as representações objetivas do espaço e do tempo sem que a totalidade da nossa sensibilidade esteja atualmente subordinada à nossa espontaneidade. Ao longo do trabalho, argumentaremos a favor da ideia de que, apesar de operar segundo regras provindas do entendimento puro, a imaginação objetiva o espaço e o tempo de um modo que poderíamos classificar como não intelectualista, na medida em que não produz o múltiplo espaciotemporal.

1. Duas visões distintas do problema: intelectualismo e não intelectualismo.

Antes de analisarmos algumas das teses propostas a respeito da oposição entre formas da intuição e intuições formais, convém uma breve retomada do texto kantiano a partir do qual o debate é suscitado. No §26 da “Dedução Transcendental”, lê-se o seguinte: “o espaço e o tempo não são representados a priori apenas como formas da intuição sensível, mas mesmo como intuições (que contêm um múltiplo) e, portanto, com a determinação da unidade desse múltiplo que ele contém (ver Estética Transcendental)” (*KrV*, B160)¹. É importante destacar aqui a diferença entre as “formas da intuição sensível”, e as intuições que contêm a determinação da unidade de um múltiplo. Ambas as caracterizações se referem ao espaço e ao tempo, porém, neste último caso, eles são considerados como representações unificadas. Essa contraposição é explicitada na seguinte nota, acrescentada por Kant como complemento à passagem supracitada:

O espaço representado como objeto (tal como é realmente necessário na geometria) contém mais que a simples forma da intuição, a saber, a compreensão [*Zusammenfassung*] do múltiplo dado numa representação intuitiva de acordo com a forma da sensibilidade, de modo que a forma da intuição apenas dá o múltiplo, mas a intuição formal dá a unidade da representação. Na Estética, atribuí essa unidade à sensibilidade, apenas para fazer notar que é anterior a todo conceito, embora pressuponha uma síntese que não pertence aos sentidos, mas mediante a qual se tornam possíveis todos os conceitos de espaço e de tempo. Visto que só por esta síntese (na medida em que o entendimento determina a sensibilidade) o espaço e o tempo são dados

¹ As citações relativas à Crítica da Razão Pura (*Kritik de reinen Vernunft*, *KrV*) são feitas de acordo com a tradicional sigla “A” e “B”, designando, respectivamente, as duas edições de 1781 e 1787, de acordo com o texto da Meiner Verlag. Quanto à tradução utilizada, nos baseamos na versão de M. Santos e A. Morujão (com eventuais alterações nossas), indicada na bibliografia. As referências às demais obras de Kant são feitas a partir do volume e da paginação da *Akademie-Ausgabe* (AA). São nossas as traduções do texto “Sobre os artigos de Kästner”, assim como as das obras dos comentadores de Kant (salvo menção explícita).

como intuições, a unidade desta intuição a priori pertence ao espaço e ao tempo, e não ao conceito do entendimento (§24) (*KrV*, B160).

As dificuldades contidas ao longo dessa passagem ocasionaram um debate que pode ser compreendido a partir de duas linhas interpretativas diversas, a primeira das quais é representada por análises como as de Waxman e Longuenesse. De acordo com esta última, as intuições formais mencionadas por Kant na nota citada devem ser tidas como produtos da síntese figurativa descrita no §24 da “Dedução”. Ela propõe ainda que estas intuições formais do §26 sejam identificadas com o espaço e o tempo descritos como formas da intuição ao longo “Estética Transcendental”, os quais também seriam, por conseguinte, resultantes do processo em que o entendimento determina a forma da sensibilidade humana: o espaço e o tempo, enquanto formas da nossa intuição sensível, seriam *dados* somente em virtude dessa determinação (Longuenesse, 1998, p. 216). Em suas próprias palavras, “a síntese figurativa, ou efeito do entendimento sobre a sensibilidade, gera a intuição pura do espaço e do tempo e, por conseguinte, a forma dos fenômenos, ou forma da intuição, ou forma da sensibilidade, todas as quais são expostas na Estética Transcendental” (Longuenesse, 1998, p. 219).

Esta concepção do espaço e do tempo a leva a uma releitura da “Estética”, tendo em vista esta determinação do entendimento sobre a sensibilidade. Como ela esclarece mais recentemente, esta releitura não seria propriamente uma retificação do seu conteúdo², tampouco uma correção do seu lugar na *Crítica*, mas sim o acréscimo de uma explicação acerca da relação entre espaço e tempo e a unidade da autoconsciência, o que só poderia ser feito no contexto da “Dedução” (Longuenesse, 2005, p. 67).

Para justificar a relação entre entendimento e sensibilidade na constituição das nossas representações do espaço e do tempo, Longuenesse propõe uma tese que diz respeito ao modo como se deve entender a *synthesis speciosa* (ou afecção da sensibilidade pelo entendimento): segundo ela, o entendimento é a fonte de uma síntese daquilo que é dado na sensibilidade antes de qualquer análise, e, por conseguinte, antes de qualquer conceito. Para descrever isto, ela utiliza a expressão “entendimento pré-discursivo”, e propõe a ideia de que a nossa capacidade de julgar (*Vermögen zu urteilen*), determinando a sensibilidade, gera na imaginação a representação de um espaço e de um tempo, indivisos e únicos, dentro dos quais todas as extensões espaciais podem ser delineadas (Longuenesse, 2005, p. 69). Assim, a nossa espontaneidade, entendida como capacidade de julgar, antes de

² Este ponto de vista, do qual Longuenesse parece se afastar ao fazer tal observação, é expresso, por exemplo, por P. Natorp, segundo o qual “a origem sintética (e portanto intelectual) da unidade do espaço e do tempo é aqui (§26) expressa como uma retificação das teses da Estética Transcendental” (Natorp, 1910, p. 276, grifo nosso).

produzir qualquer conceito ou juízo, seria capaz de, ao determinar a sensibilidade, produzir as representações do espaço e do tempo descritas na “Estética”.

Estas explicações que estivemos seguindo até agora dizem respeito ao modo como Longuenesse compreende as intuições formais do §26. Quanto às formas da intuição presentes neste mesmo contexto, há uma dificuldade interpretativa da qual a intérprete se dá conta desde o início. Ela reconhece que as formas da intuição apresentadas no §26 não parecem derivar de um processo sintético: somente as intuições formais teriam esse caráter (Longuenesse, 1998, p. 220). Com efeito, o texto kantiano afirma que a intuição formal dá a unidade da representação, ao passo que as formas da intuição nos dariam apenas um múltiplo ainda não unificado. A solução encontrada por ela consiste em interpretar as formas da intuição do §26 como possuindo um significado distinto daquele que nos é apresentado ao longo da “Estética”. Assim, no contexto específico do §26, “forma da intuição” significaria a forma de uma mera capacidade de tomar um múltiplo, desprovida de qualquer capacidade de unificá-lo, isto é, “a mera capacidade de receber representações”. Essa forma da nossa capacidade receptiva seria meramente potencial, e seria atualizada somente por meio de uma síntese figurativa, gerando assim as intuições formais descritas na “Estética” (Longuenesse, 1998, p. 221).

Uma interpretação semelhante a esta é sugerida por Waxman, que também iguala as intuições formais do §26 ao espaço e ao tempo descritos por Kant na “Estética Transcendental”, os quais seriam produtos de uma síntese, e envolveriam uma unidade pela qual um entendimento “pré-conceitual” (e não os sentidos) seria responsável (Waxman, 1991, p. 80). Segundo ele, as formas da intuição seriam, por sua vez, “a faculdade inata, não representacional, fundamento do espaço e do tempo, a constituição peculiar da receptividade humana que determina a imaginação a sintetizar percepções apreendidas em conformidade com as formas de síntese, espaço e tempo” (Waxman, 1991, p. 95).

Essa perspectiva, contemporânea em sua expressão, repercute uma certa visão do kantismo que já podia ser discernida no idealismo alemão pós-kantiano, a qual tendia a dissolver os limites entre sensibilidade e entendimento, vendo naquela um mero produto deste. Na interpretação de Hegel, por exemplo, “as formas kantianas da intuição e as formas do pensamento não se encontram de modo algum umas fora das outras como faculdades isoladas e particulares”, ao contrário do que se concebia àquela época. Para ele, “uma e mesma unidade sintética (...) é o princípio do intuir e do entendimento” (Hegel, 2009, pp. 38-9).

Já no século XX, essa tendência a suprimir os limites entre sensibilidade e entendimento figura na obra de Lachièze-Rey, segundo o qual pouco importa que “se dê o mesmo nome à potência pela qual se põe o múltiplo a priori e àquela pela qual esse múltiplo é ulteriormente pensado”. Para ele, o corte estabelecido entre as formas da sensibilidade e a consciência transcendental se esvai, e “a independência

da sensibilidade em vista da atividade espiritual limitada ao domínio dessa consciência desaparece” (Lachièze-Rey, 1972, p. 362).

Resumidamente, são dois os pontos principais que deveremos ter em mente a partir desta linha interpretativa: 1 – as “formas da intuição” do §26, diferentemente das da “Estética”, devem ser entendidas como formas meramente potenciais, não atualizadas de fato; 2– as intuições formais do §26 são identificadas com as formas da intuição da “Estética”, de modo que estas já seriam o resultado de um efeito do entendimento sobre a sensibilidade.

Em contraposição às propostas vistas acima, uma segunda linha interpretativa também pode ser discernida, tendo em vista o mesmo problema. Para Allison, as formas da intuição do §26 *não* seriam o resultado de uma determinação do entendimento sobre a sensibilidade, mas, ao contrário, deveriam ser tidas justamente como formas *indeterminadas*. De acordo com ele, embora formas da intuição e intuições formais possam classificadas como intuições puras, este contraste reflete a distinção entre intuições não determinadas (não conceitualizadas) e determinadas (conceitualizadas) (Allison, 2004, p. 115). Ao tratar das formas da intuição, este intérprete faz uma distinção inicial entre a forma ou a maneira (*Art*) de se intuir, a qual poderia ser caracterizada como a nossa capacidade inata de intuir as coisas de um certo modo (especialmente ou temporalmente), e a forma daquilo que é intuído, entendida como a ordem ou o padrão essencial daquilo que se intui. Este último sentido é o que caracteriza, segundo ele, o espaço único, omniabrangente, que contém em si a totalidade de quaisquer partes possíveis do espaço, de que Kant trata na “Estética” (Allison, 2004, p. 115). Esta forma da intuição deveria ser considerada como uma estrutura pré-intuída, que condiciona e é pressuposta pelas representações atuais de todas as regiões e configurações do espaço, podendo ser chamada também de “espaço indeterminado” ou de “espacialidade” (Allison, 2004, p. 116).

Por “intuição formal” ele entende a representação intuitiva determinada de certas características formais (isto é, universais e necessárias) dos objetos enquanto intuídos. O ponto crucial é que, enquanto determinada, uma intuição formal é híbrida, requerendo tanto a forma (espacial ou temporal) daquilo que é intuído quanto o conceito pelo qual esta forma é determinada de um certo modo. Assim, uma intuição formal espacial seria a representação intuitiva da forma ou das propriedades essenciais da figura correspondente a um dado conceito geométrico. Ele ainda acrescenta que, sendo produtos da construção matemática, tais representações são governadas pela natureza do espaço enquanto forma daquilo que é intuído, o que explicaria a possibilidade de a geometria realizar sínteses a priori (Allison, 2004, p. 116).

Contrariamente ao que afirmam comentadores como Longuenesse e Waxman, Allison não vê a necessidade de uma revisão das teses expostas na “Estética” a partir daquilo que é dito na nota do §26, uma vez que o espaço e o tempo da “Estética”, entendidos como formas da intuição, não seriam o produto de uma síntese figurativa.

De acordo com ele, a diferença entre a nota do §26 e a tese da “Estética” deve-se não propriamente a uma mudança de doutrina, mas ao modo como Kant expõe seus argumentos. Já que, na “Estética”, o objetivo de Kant era isolar a sensibilidade a fim de determinar a sua contribuição particular para o conhecimento, ele tinha que deixar de lado naquele momento a necessidade de uma síntese para determinadas representações do espaço e do tempo (intuições formais), as quais são híbridas. Somente na nota do §26 essa omissão seria retificada por Kant (Allison, 2004, p. 192).

Nesta mesma direção encontra-se a interpretação proposta por Fichant, segundo o qual o ponto de vista adotado por comentadores como Longuenesse representaria uma “intelectualização radical da Estética” (Fichant, 1997, p. 36), uma vez que as formas da intuição sensível aí descritas já seriam o resultado de uma determinação do entendimento sobre a sensibilidade (*synthesis speciosa*). Isto, de acordo com ele, significaria atribuir a Kant um idealismo transcendental semelhante ao de Fichte, segundo o qual as formas da receptividade já seriam produtos da espontaneidade intelectual.

Rejeitando tal tipo de leitura “intelectualista”, Fichant defende, ao contrário, a radicalidade da “Estética Transcendental” na sua independência e na sua irreducibilidade à lógica. Nesta ótica, ele compreende as formas da intuição expostas no §26 no mesmo sentido determinado por Kant na “Estética”, onde espaço e tempo são vistos como “intuições puras”, sem qualquer tipo de influência por parte do entendimento. No caso particular do espaço, entendido como “forma da intuição”, tratar-se-ia do “espaço único total”, o qual é pressuposto pela representação de partes determinadas do espaço, e que pode ser limitado a partir de representação de tais partes (Fichant, 1997, pp. 36-7).

Sobre as intuições formais, ele afirma que esta noção é introduzida no §26 para dar conta do estatuto do “espaço representado como objeto (tal como é realmente necessário na geometria)”. Segundo ele, esta necessidade vem do fato de a geometria, na medida em que enuncia sobre as propriedades do espaço juízos por vezes sintéticos e a priori, requerer como seu fundamento um espaço que seja por vezes uma intuição (para a síntese) e uma intuição pura (para o a priori) (Fichant, 1997, p. 37). A representação do espaço como objeto (intuição formal), tal como se realiza na geometria, tem como seu fundamento o “espaço único total” (forma da intuição), que condiciona quaisquer representações objetivas. Assim, o espaço objetivo será sempre um espaço finito e delimitado por meio da construção de conceitos geométricos, ao passo que o espaço único e infinito escapa como tal a qualquer representação objetiva (Fichant 1997, p. 38).

Anteriormente a estes dois últimos intérpretes, mas na mesma direção deles, Heidegger dedicou uma seção de sua *Interpretação Fenomenológica da Crítica da Razão Pura de Kant* a essa diferença no modo de representação das nossas intuições puras, ciente de sua importância. Ao se debruçar sobre a nota do §26, ele sustenta

que as intuições formais não são representações originárias, mas derivadas, e que pressupõem as formas da intuição como sua condição, o que não nos autoriza degradar ou dissolver estas naquelas. Todavia, a interpretação heideggeriana contém uma nuance interessante que convém destacar aqui.

Para ele, as formas da intuição, embora originárias em relação às intuições formais, são dadas já com um tipo de unidade. Esta, porém, é uma unidade de caráter particular: “na intuição pura, se encontra uma unidade originária, que não é a unidade de uma compreensão posterior (*nachträglichen Zusammenfassung*), mas uma unidade que, enquanto *originariamente* unificante, me dá as partes como um todo” (Heidegger, 1995, p. 139). A fim de justificar o caráter originário dessa unidade, e para diferenciá-la da unidade posterior, derivada da síntese (própria das intuições formais), Heidegger afirma ser necessário empregar uma outra terminologia: segundo ele, essa unidade se caracterizaria por uma “*syndosis*”, ou seja, por uma doação em conjunto através da qual o espaço e o tempo seriam pela primeira vez dados como intuições puras. Em suas palavras, “a unidade que pertence ao *syn* dessa *syndosis* pertence ao espaço e ao tempo, e não ao conceito do entendimento”, não se confundindo de maneira alguma com a unidade oriunda da síntese conceitual do entendimento (Heidegger, 1995, p. 135). É sobre essa unidade originária da *syndosis* que são construídas, através de sínteses de fundamento conceitual, as figuras espaciais determinadas, ou seja, as intuições formais, de caráter objetivo e derivado. Para ele, é essa relação de derivação que esclarece a “independência originária do espaço e do tempo como intuições puras” (Heidegger, 1995, p. 139).

Vemos que Heidegger se aproxima de Allison e Fichant (e se afasta da primeira linha interpretativa) porquanto atribui às formas da intuição um caráter originário em relação às intuições formais, de modo que a “Estética” se manteria irreduzível e autônoma em relação à “Lógica”. Porém, enquanto estes dois estudiosos mais recentes associam as formas da intuição à noção de um múltiplo sensível ainda indeterminado, Heidegger lhe atribui um tipo de unidade originária.

* * *

Pelo que estivemos vendo até aqui, parece haver concordância entre os comentadores de ambas as linhas interpretativas quanto ao fato de as “intuições formais” serem vistas como representações “híbridas”, requerendo para isso que o entendimento seja capaz de determinar a nossa sensibilidade, processo descrito por Kant no § 24 da “Dedução”. O ponto problemático que surge a partir daí consiste em saber se tais intuições formais, sendo híbridas, devem ou não ser identificadas com o espaço e com o tempo expostos por Kant na “Estética” (tal como fazem Longuenesse e Waxman), o que os tornaria produtos de uma síntese. Se for assim, as intuições formais do §26 em nada difeririam das formas da intuição da “Estética”, restando apenas o expediente proposto por Longuenesse, de se compreender o uso

da expressão “forma da intuição” no §26 em um sentido diverso, caracterizando formas meramente potenciais que se atualizariam sempre e somente por intermédio de uma síntese.

Agora, se nos detivermos sobre as teses propostas pelos autores da segunda linha interpretativa, vemos que elas concordam quanto à necessidade de uma diferenciação entre as representações objetivas do espaço e do tempo (intuições formais) do §26 e as formas puras da intuição expostas ao longo da “Estética”, o que resulta em uma interpretação não intelectualista do problema. O ponto de vista adotaremos aqui será próximo ao destes autores: no que segue, proporemos uma compreensão aprofundada do problema, capaz de mostrar como espaço e tempo são representáveis independentemente da síntese transcendental da imaginação.

2. O duplo modo de representação do espaço e do tempo: infinitude atual e infinitude potencial.

O texto de Kant intitulado “*Sobre os Artigos de Kästner*” (*Über Kästners Abhandlungen*, ÜKA) contém uma exposição bastante esclarecedora no que concerne ao duplo modo como pode ser entendida a representação do espaço, o que cremos ser igualmente válido para o tempo. A importância desta exposição para os nossos presentes propósitos reside no fato de que o primeiro destes modos, que caracteriza um “espaço metafísico”, por oposição a um “espaço geométrico”, não apenas antecede, mas também condiciona quaisquer representações espaciais objetivas, o que corrobora a ideia de uma forma da intuição sensível onde não há qualquer tipo influência por parte do entendimento.

Abraham G. Kästner foi um matemático alemão do séc. XVIII, que teve alguns de seus artigos publicados na revista *Philosophisches Magazin*, fundada em 1789 por Eberhard, a qual, durante os quatro anos de sua publicação, fez parte da ofensiva deste contra Kant na tentativa de provar a superioridade da concepção leibniziana da matemática sobre a kantiana. Kant procura mostrar a Eberhard, neste breve texto, como os seus pontos de vista, sobretudo no que concerne à infinitude do espaço, não são de forma alguma divergentes em relação aos adotados por Kästner, mas que, ao contrário, os dois deveriam se pôr de acordo.

O problema abordado por Kant que nos interessa mais propriamente diz respeito à elucidação do conceito de infinito, tal como é utilizado na metafísica para a caracterização do espaço. A esta caracterização da infinitude metafísica do espaço Kant contrapõe, por sua vez, uma infinitude geométrica do espaço. A partir desta contraposição nós teremos, portanto, a descrição de duas representações distintas do espaço, uma metafísica e outra geométrica.

Esta diferenciação é necessária, pois, para críticos como Eberhard, o uso do conceito de infinito em geometria comportaria ao mesmo tempo uma refutação da

infinitude do espaço tal como é ela apresentada por Kant na primeira *Crítica* (isto é, o espaço compreendido “metafisicamente”). Esta suposta refutação ocorreria pela seguinte razão: matemáticos como Kästner defendiam uma noção matemática de infinito, segundo a qual este conceito não seria possível senão sob a forma de um infinito *potencial*, afirmando igualmente que os conceitos geométricos sempre designam apenas espaços limitados finitos, e que o infinito só seria concebível através do recuo de tais limites (Fichant, 1997, pp. 40-1). Kant defende, por sua vez, na primeira *Crítica*, a concepção de um espaço infinito dado *atualmente* (e não apenas potencialmente), tal como vemos em *KrV* B39, onde o espaço é caracterizado como uma “magnitude infinita dada”. Vejamos, pois, o modo como Kant apresenta esta diferenciação entre o espaço metafísico e o geométrico, sem considerá-los, entretanto, excludentes.

Kant começa por elucidar o que significa, segundo o uso próprio da metafísica, a caracterização do espaço originariamente dado à nossa faculdade de representação como infinito: isso não significa senão que todos os espaços que podem ser representados só são possíveis enquanto partes de um espaço único (*ÜKA*, AA 20: 418). Desde o começo, a oposição que vemos é entre “espaço” e “espaços”. O primeiro é uno e dado originariamente, ao passo que os “espaços” correspondem à construção de conceitos geométricos e, como tais, são múltiplos. Nessa medida, eles podem ser tidos igualmente como “derivados”, já que encontram o seu fundamento no espaço originário. A razão disso é que eles não são pura e simplesmente *dados*, mas devem, ao contrário, ser *construídos* dentro do espaço uno.

A pergunta que cabe, então, é a seguinte: em que medida este espaço, sendo uno, pode ser considerado igualmente infinito? Kant responde a essa pergunta da seguinte maneira: “Um espaço ao qual todo espaço suscetível de ser atribuído (isto é, todo espaço determinado segundo a sua grandeza) não pode ser senão uma parte, é maior que todo *quantum spatii*, que todo *spatium (mathematice) dabile*, isto é, maior que todo espaço que eu posso descrever, quer dizer, ele é infinito.” (*ÜKA*, AA 20: 418). Todos os espaços descritos através de construções geométricas (tal como no caso de uma linha reta ou de uma figura qualquer, como um triângulo), isto é, todo espaço *mathematice dabile*, por maior que seja a sua extensão, deverá sempre pressupor um espaço “maior” onde esta construção mesma possa ter lugar. Este espaço, do qual todas as construções geométricas possíveis não são senão partes, deve ser tido como infinito. Sendo uno, ele não pode ser reduzido a nenhum conceito geométrico passível de construção.

Kant não se limita a caracterizar a infinitude do espaço como um fundamento para a construção de partes espaciais finitas: ele defende ainda que esta infinitude é dada de maneira metafísica, isto é, “subjetivamente na forma da nossa sensibilidade, mas não objetivamente fora desta e no conjunto das coisas em si mesmas”, sendo igualmente *real* em relação aos objetos na nossa intuição sensível externa (*ÜKA*, AA

20: 418). Contrariamente, quando os matemáticos dizem que uma linha reta pode ser prolongada infinitamente, esta infinitude deve ser tida como meramente potencial, uma vez que esta linha não é de forma alguma *dada* como infinita, podendo apenas ser construída de tal maneira. Esta infinitude potencial do espaço construído pressupõe a infinitude atual do espaço dado metafisicamente, e só é possível através dela.

A perspectiva kantiana poderia ainda ser contraposta à de Locke, o qual também realiza uma interessante análise da origem da nossa ideia de infinito, relacionando-a com as de espaço e tempo. Para Locke, nossa ideia de um espaço infinito é formada a partir da adição sucessiva de ideias relativas a quantidades ou extensões espaciais, como pés ou milhas por exemplo. O aumento de tais ideias, não encontrando em si mesmo qualquer impedimento para sua progressão, pode ser estendido indefinidamente, não importando a unidade de medida que se tenha em mente (centímetros, metros, etc.). A partir dessa expansão contínua obtemos, segundo ele, a ideia de um espaço infinito, o mesmo valendo para o caso da ideia de duração, ou seja, do tempo (Locke, 2012, pp. 214-15).

Porém, Locke é cuidadoso ao fazer uma distinção entre a ideia de um “infinito espacial” e a de um “espaço infinito”, a qual consiste no seguinte: enquanto a primeira representa a progressão sem fim de quantidades espaciais determinadas, a última equivaleria a um espaço infinito atual, o que, segundo ele, é manifestamente contraditório, pois requereria que fossemos capazes de ver todas as ideias repetidas do espaço, o que jamais seria possível através de uma progressão (Locke, 2012, pp. 218-19), o mesmo se dando com a ideia de uma “duração infinita”. De modo geral, a ideia de infinito seria bem clara se compreendida em seu viés negativo, ou seja, como a negação de um fim, tornando-se confusa ao tentarmos introduzir a ideia de uma duração ou espaço infinitos, os quais não poderiam ser representados positivamente (Locke, 2012, pp. 222-25).

Kant concordaria com Locke no que tange às dificuldades envolvidas na representação infinita e atual do espaço (e do tempo) geométrico, razão pela qual esta não pode ser considerada senão potencialmente infinita. Contudo, se Locke procede a uma desambiguação para afirmar a impossibilidade da representação positiva destas ideias (espaço, duração) infinitas em sua atualidade, Kant, em contrapartida, lança mão de um expediente análogo a fim de sustentar justamente a sua possibilidade de um ponto de vista metafísico, enquanto formas da intuição. A ótica de Locke assemelha-se à de Kästner e Eberhard, e concebe a noção de infinito apenas como o processo de adição de unidades parciais. Sem descartar nada disso, o idealismo de Kant lhe permite defender que a totalidade do múltiplo a ser sintetizado seja dada metafisicamente, anteriormente ao próprio processo de composição.

Logo, se para os críticos de Kant parecia contraditória a ideia de uma infinitude atual, isto se deve justamente ao fato de que eles levavam em conta somente as determinações objetivas do espaço, as quais são sempre atualmente

finitas, deixando de lado o aspecto metafísico que as possibilita. A esse respeito, fica clara a diferença entre o que deve ser mostrado, por um lado, pela metafísica, e, por outro, pela geometria: se esta nos ensina como podemos descrever um espaço determinado, isto é, exibi-lo na representação a priori do espaço, aquela nos mostra como podemos ter a representação de um espaço antes que qualquer tipo de determinação seja realizada sobre ele.

Esta ideia proposta no âmbito da metafísica, a saber, a de um espaço dado metafisicamente enquanto infinito, torna-se inicialmente justificável a partir do momento em que se leva em consideração a “Revolução Copernicana” na filosofia operada por Kant, uma vez tal representação do espaço deve ser tida como condição subjetiva do conhecimento de objetos:

se a razão se choca com a ideia de um infinito realmente dado (*wirklichen gegebenen Unendlichen*), a *Crítica*, e uma metafísica baseada nela, não tem nada contra isto, na medida em que ela baseia sua doutrina justamente no fato de que a representação do espaço não pertence à representação dos objetos segundo o que se aplica a cada um em si, mas somente segundo o que lhe cabe em relação à forma particular da nossa intuição sensível (*ÜKA*, AA 20: 418).

Embora careça de um maior aprofundamento por parte de Kant, o modo como essa infinitude deve ser dada é compreensível ao refletirmos sobre o que se passa em um ato de contagem, o qual poderia ser interpretado como uma síntese progressiva em que vamos adicionando unidades idênticas umas às outras (1, 2, 3...). Enquanto tal, esta progressão jamais poderia atingir um infinito, por maior que seja a quantia a que se chegue, pois ela não possui intrinsecamente nada que a impeça de ir adiante. A qualquer quantidade é sempre possível somar mais unidades. Isso nos leva ao seguinte questionamento: se, por esse método, não podemos chegar à representação atual de um número infinito, como deveríamos fazê-lo?

Esta infinitude não pode ser entendida como uma meta resultante de uma progressão (pois jamais seria alcançada), mas como aquilo que é sua própria condição. No caso da referida contagem, é a totalidade do conjunto de números naturais que, desde o início, é dada como condição de sua possibilidade. Do contrário, jamais poderíamos presumir a continuidade na progressão da cadeia numérica. Na verdade, não seria possível sequer dar início à contagem, pois é também esse conjunto que nos fornece o número do qual partimos. Analogamente, no caso das formas da intuição concebidas por Kant, o conjunto de todas as partes do espaço e do tempo (a totalidade do múltiplo que os compõe) tem de ser dado antes do ato pelo qual nós as “somamos” umas às outras, o qual não é outro senão a síntese que irá compor formas espaciais ou durações (intervalos de tempo) determinadas. Assim como o conjunto de números naturais permite a representação de qualquer um de seus membros, do mesmo modo as formas da intuição, ao fornecerem um

múltiplo sensível, permitem toda e qualquer progressão em extensões temporais ou geométricas. Nestas formas da intuição estão presentes, ou seja, estão atualmente dadas, as condições necessárias para a representação de quaisquer grandezas.

Até o presente momento, já é possível ver com clareza a diferença entre o espaço metafísico e o geométrico, os quais, não sendo de forma alguma excludentes, são postos por Kant em uma relação do tipo condicionado-condicionante. No texto em questão, são contrapostas as características correspondentes a cada uma dessas maneiras de se representar o espaço, as quais poderiam ser sintetizadas do seguinte modo: o espaço metafísico é dado, originário, único, subjetivo, fundamento da construção, infinito em ato. O geométrico, por sua vez, é feito ou descrito, derivado, múltiplo (no sentido em que pode haver diversos espaços), objetivo³ e potencialmente infinito (*ÜKA*, AA 20: 419-20).

A clara diferenciação feita por Kant neste texto entre o espaço metafísico e o geométrico nos dá uma indicação sobre como, a nosso ver, podem começar a ser compreendidas as formas a priori da nossa intuição como indeterminadas ou determinadas conceitualmente. O espaço metafísico deve ser considerado *indeterminado* na medida em que é anterior a qualquer tipo unificação por parte do entendimento, e, por conseguinte, também precede quaisquer sínteses. “Anterior” não deve significar aqui qualquer tipo de antecedência meramente cronológica, mas sim, como vimos acima, que este espaço é condição de possibilidade de determinações espaciais segundo conceitos. O espaço geométrico, por sua vez, *pode*⁴ ser representado mediante uma determinação segundo conceitos sensíveis puros: levando-se em conta que tais conceitos são representações objetivas, o próprio espaço assim determinado, isto é, construído de acordo com a regra pensada em tais conceitos, passa a ser igualmente representado como um objeto particular, tal como é o caso de uma figura geométrica pura.

Assim como a visão defendida por Kant não era excludente em relação à de Kästner, estas duas maneiras de representar o espaço não apenas não entram em contradição uma com a outra, como também aparecem em relação de complementaridade dentro da própria *Crítica*. Isto pode ser observado tanto ao longo do §26 quanto na “Estética Transcendental”. Visto que, na nota do §26, somos remetidos explicitamente a essa seção, será proveitoso vermos como é possível observar aí as características que cabem ao espaço e ao tempo indeterminados ou

³ Que o espaço metafísico, considerado como subjetivo, se oponha ao espaço geométrico, considerado como objetivo, não deve significar que o primeiro tenha validade meramente privada. Ele é não objetivo apenas na medida em que não é representado enquanto objeto, para o que se exigiria (tal como no caso da geometria) a sua determinação por parte do entendimento. Entretanto, sendo subjetivo, isto é, pertencendo às capacidades cognitivas do sujeito, ele não apenas possui validade universal como também condiciona a possibilidade de quaisquer representações objetivas do espaço.

⁴ Enfatizamos aqui essa possibilidade, pois, como veremos na terceira parte deste trabalho, há também um sentido em que o espaço (e também o tempo) pode ser representado objetiva e singularmente a partir de uma síntese, porém independentemente de conceitos específicos.

determinados. Cremos que isso seja possível através da distinção entre os momentos em que essas representações aparecem no papel de condicionante ou no de condicionado. Este recurso é importante, pois permitirá que se esclareça em que sentido a nota do §26 se refere às teses que foram expostas na “Estética”.

Nesta seção, tal como ela é apresentada na segunda edição da *Crítica*, a “Exposição Metafísica” do espaço se encontra dividida em quatro tópicos, ao longo dos quais Kant trata, em linhas gerais, do caráter a priori dessa representação. Nos dois primeiros desses tópicos, o que se atribui ao espaço é, em primeiro lugar, a sua origem não empírica e, em seguida, a sua necessidade em relação às nossas intuições externas. Embora as representações geométricas sejam realizadas não empiricamente e a priori (o que justifica o caráter apodítico dos princípios geométricos), não é a tais construções que Kant se refere aqui, mas sim àquilo que as torna possíveis, ou seja, o “espaço único”. Este, sendo igualmente necessário, puro e a priori, é capaz de fundamentar “todas as nossas intuições externas” (*KrV*, B38): considerando-se que estas intuições podem ser tanto empíricas quanto puras, este espaço deve anteceder não somente a intuição externa de objetos empíricos particulares, mas também as nossas intuições espaciais puras, isto é, as próprias construções geométricas.

A seguir, no terceiro tópico, Kant tematiza a singularidade do espaço, assim como a sua omniabrangência em relação a quaisquer objetos exteriores a nós. Já vimos acima como este caráter unitário caracteriza o “espaço metafísico”, não sendo possível afirmar o mesmo em relação às partes limitadas construídas dentro desse espaço. Nesse contexto da “Estética”, essa caracterização nos ajuda a compreender por que o espaço, assim como o tempo, é de natureza completamente diversa da dos conceitos em geral, ou seja, uma representação intuitiva. O argumento de Kant pode ser compreendido a partir de um paralelo entre o espaço e suas partes, por um lado, e um conceito e as diversas notas que o compõem, por outro. Sendo o espaço uma representação singular, não é possível, a partir dessa única representação, a realização dos atos lógicos de comparação, reflexão e abstração, através dos quais, segundo Kant, são formados os conceitos. Ao contrário do que se passa com o conceito e suas notas constitutivas, as representações originárias do espaço e do tempo não são um todo formado a partir de partes (ou representações parciais) que o antecedam logicamente. Antes, essas partes só são possíveis enquanto limitações desse todo, sendo, portanto, derivadas dele.

No quarto tópico encontra-se a formulação defendida e explicitada por Kant no texto *Sobre os Artigos de Kästner*, a saber, “o espaço é representado como uma grandeza infinita dada” (*KrV*, B39). Essa caracterização corrobora o argumento do tópico anterior no sentido de mostrar que a representação originária do espaço é uma intuição, não um conceito. Dessa vez, porém, ao considerarmos a diferença entre a intuição espacial e a discursividade conceitual, devemos levar em conta tanto a extensão quanto o conteúdo dos conceitos. No que concerne à extensão, pode-se

dizer que um conceito possui *sob si* diversos outros conceitos, os quais se relacionam com ele como espécies ou subespécies, que podem ser dispostas hierarquicamente. Logo, um conceito como o de metal tem sob si os de ouro, prata, cobre, etc., os quais também possuem outros conceitos inferiores sob si (*Log*, AA 09: 95-6). Como observa Friedman, o conteúdo de um conceito, por sua vez, diz respeito à totalidade de notas ou conceitos parciais (*Theilbegriffe*) que fazem parte da sua definição (Friedman, 1998, p. 67), os quais, segundo a terminologia kantiana, estão contidos *no* conceito: assim, pode-se afirmar que o conceito de homem contém *em si*, entre outros, os de animal e de racional.

A ideia que Kant parece seguir é a de que esses dois aspectos, extensão e conteúdo, se relacionam de modo diverso com a noção de infinitude. Do ponto de vista extensional, não há, para Kant, nenhuma espécie que “seja considerada em si como a ínfima” (*KrV*, B683; *Log*, AA 09: 97), de modo que a busca por espécies mais particulares pode estender-se indefinidamente. O conteúdo de um conceito, porém, não pode ser estendido do mesmo modo, ou seja, não pode ser composto por infinitas notas ou conceitos parciais, o que representaria a perda da sua inteligibilidade. Na “Estética”, Kant expressa essa ideia ao afirmar que “nenhum conceito, enquanto tal, pode ser pensado como se encerrasse *em si* uma infinidade de representações” (*KrV*, B40). É justamente a essa impossibilidade da representação conceitual que Kant contrapõe a natureza intuitiva da representação espacial, pois, neste caso, as infinitas partes do espaço existem “simultaneamente no espaço infinito” (*KrV*, B40).

O caráter de dado (*Gegebenheit*) atribuído ao espaço, tal como Kant nos refere ao comentar as teses de Kästner, diz respeito ao modo como ele é dado metafisicamente na forma da sensibilidade do sujeito, não podendo ser representado de maneira objetiva fora desse âmbito. Como vimos, a sua infinitude indica que essa representação deve, de maneira atual, encerrar a possibilidade de quaisquer construções geométricas, não importando qual seja a sua natureza ou extensão. Por mais que se possa expandir indefinidamente uma figura, tal processo sempre deverá pressupor esse espaço originário, que será sempre “maior”, atuando como uma espécie de pano de fundo onde a expansão pode ter lugar. É válido acrescentar que essa infinitude do espaço, assim como a do tempo, não se refere somente à ideia de que as suas partes encontram um fundamento que permite o seu prolongamento indefinido, mas também à possibilidade de que estas sejam divididas infinitamente. Embora tal ideia não seja abordada na “Estética Transcendental”, ela é desenvolvida posteriormente na *Crítica*, quando Kant se refere ao espaço e ao tempo como “*quanta continua*” (*KrV*, B211). A “continuidade” do espaço e do tempo designa a propriedade segundo a qual nenhuma parte dessas representações é a mínima possível: o espaço é sempre composto de espaços, e o tempo, de tempos.

Na “Exposição Transcendental” do espaço, o objetivo de Kant é mostrar que essa intuição pode ser considerada “como um princípio, a partir do qual se pode

entender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos a priori” (*KrV*, B40). Mais precisamente, trata-se aqui de colocar a representação do espaço, tal como foi apresentada na “Exposição Metafísica”, como fundamento da geometria, na medida em que esta ciência determina tanto sinteticamente como aprioristicamente as propriedades do espaço. Para que o conhecimento geométrico seja sintético, é preciso que o espaço originário seja, em primeiro lugar, uma intuição: a análise das notas constitutivas de um conceito não nos permite formar proposições sintéticas que ultrapassem o próprio conceito. Isso, porém, é possível na geometria, pois o caráter sintético das suas proposições deriva de sínteses realizadas sobre partes da intuição espacial. Em segundo lugar, para que tal conhecimento seja a priori, a intuição espacial deve ser igualmente a priori: é sobre esse aspecto da intuição espacial que se funda a certeza apodítica dos princípios geométricos, assim como a possibilidade de sua construção a priori. Se, por absurdo, supuséssemos ser o espaço um conceito adquirido a partir da experiência, as proposições geométricas seriam tão contingentes quanto meras percepções (*KrV*, A24).

Como já vimos acima, esses dois aspectos são justificados por Kant na “Exposição Metafísica” do espaço. Para os nossos presentes propósitos, o que importa destacar é o fato de que aí essas características da intuição originária do espaço são expostas sem que se recorra a qualquer tipo de conhecimento geométrico (sintético). Antes, o procedimento de Kant é justamente o oposto, ou seja, é o caráter puramente intuitivo da nossa representação do espaço que condiciona a possibilidade das sínteses a priori realizadas pela geometria. Assim, se considerarmos conjuntamente a “Exposição Metafísica” e a “Exposição Transcendental” do espaço, podemos discernir aí uma expressão do método sintético utilizado por Kant, cujo percurso vai da condição para o condicionado. Nesse ponto, é válido lembrarmos que essa mesma estrutura condicionante-condicionado também molda a relação entre o espaço metafísico e o geométrico, tal como vimos no texto *Sobre os artigos de Kästner*.

Neste mesmo texto, Kant também faz uma observação que devemos levar em conta, a saber, a de que diversos tempos, assim como diversos espaços, não são possíveis senão como partes de um todo (*ÜKA*, AA 20: 419), o qual deve ser anterior a cada uma de suas partes. Essa menção é importante aqui, pois, embora tenhamos posto o foco da discussão sobre a representação do espaço, os seus resultados devem ser válidos igualmente para a representação do tempo, o que pode também ser visto na “Estética Transcendental”.

Assim, na “Exposição Metafísica” do tempo, ao tratar do caráter intuitivo e a priori dessa representação, Kant evidencia a oposição entre o tempo originário e a representação de partes temporais determinadas, como fica claro na seguinte passagem: “a infinitude do tempo nada mais significa que qualquer grandeza (*Größe*) determinada de tempo é somente possível por limitações de um tempo único, que lhe

serve de fundamento”. Logo, conclui Kant, “a representação originária do tempo terá de ser dada como ilimitada” (*KrV*, B47-8). Os termos empregados por Kant (“infinitude”, “dado”, “originário”) atestam que o tempo aí descrito pode ser compreendido de maneira semelhante ao espaço, o que nos permitiria falar igualmente de um “tempo metafísico”⁵, anterior a qualquer síntese, e capaz de servir como fundamento para todas as representações de grandezas temporais determinadas. Da mesma forma, na “Exposição Transcendental” do tempo, evidencia-se que o seu caráter intuitivo e a priori também funciona como condição de possibilidade de outros conhecimentos sintéticos a priori. Neste caso, Kant menciona determinados “axiomas do tempo em geral” (*KrV*, B47): o tempo tem apenas uma dimensão; tempos diferentes não podem ser simultâneos, devendo ser sempre sucessivos. Estas proposições, assim como as geométricas, são apodíticas, não podendo ser extraídas de meras percepções. Tal como se dá com o espaço, patenteia-se aqui uma relação entre um elemento originário e um derivado.

3. Síntese transcendental da imaginação e a unidade das intuições formais.

Na “Estética Transcendental”, assim como na resposta de Kant às posições de Kästner, foi possível distinguir dois modos de representação tanto do espaço quanto do tempo, seja como uma totalidade infinita que antecede suas partes, seja como magnitudes determinadas a partir dessa totalidade. Ambos mantêm uma relação do tipo condicionante/condicionado, como se pôde ver na estrutura conjunta dos dois pares de “Exposições”, metafísica e transcendental, presentes na “Estética”. Agora, devemos nos voltar para o §26 da “Dedução” a fim de ver como essa diferenciação pode nos ajudar a compreender a problemática aí em questão.

A novidade introduzida por Kant na nota dessa seção consiste em contrapor formas da intuição e intuições formais, em primeiro lugar, a partir da afirmação de que as primeiras apenas nos fornecem um múltiplo, ao passo que as últimas, por serem representadas objetivamente, contêm também a unidade da representação desse múltiplo; em segundo lugar está a ideia de que essa unidade da representação é o produto de uma síntese que não pertence aos sentidos. Os elementos centrais aqui, dos quais trataremos a seguir, são a “unidade” mencionada por Kant, bem como a síntese por ela responsável, ambas as quais articulam o sentido da distinção entre formas da intuição e intuições formais. Interpretações como as de Longuenesse, ao identificarem as intuições formais do §26 com as formas da intuição (ou formas da sensibilidade) da “Estética”, parecem se basear no fato de em ambas haver a existência de uma unidade atestada por Kant, as quais também passam, por conseguinte, a ser consideradas como sendo uma e a mesma. Segundo esse ponto de vista, o espaço e o tempo da “Estética”, compreendidos como representações

⁵ Cf. a esse respeito o comentário que fazemos na nota 8, na terceira parte do presente trabalho.

originárias, dados em sua infinitude, receberiam sua unidade a partir de um processo sintético.

Em oposição a esse ponto de vista, e tendo por base as análises da seção anterior, uma outra interpretação pode ser proposta ao considerarmos a distinção entre dois tipos de unidade: na “Exposição Metafísica” do espaço e na do tempo, a unidade atribuída a essas representações deve ser justificada não por elas terem sido unificadas sinteticamente, mas por serem uma totalidade que antecede, como sua condição, toda e qualquer representação parcial. Uma vez que elas não derivam de um processo de composição, trata-se aí menos de uma unidade do que de uma singularidade destas representações, ou seja, só há um espaço e um tempo, ainda não unificados. Por outro lado, podemos ver que a unificação do espaço e do tempo mediante a realização de sínteses a priori é um tema abordado por Kant nas “Exposições Transcendentais”. Neste caso, o que tais sínteses tornam possível é a representação de grandezas espaciais ou temporais determinadas, mas não destas representações em sua infinitude *atual*.

À luz dessa diferenciação inicial, podemos reconsiderar a referência feita, no §26, às teses da “Estética Transcendental”. As formas da intuição do §26 (chamadas também, nesse contexto, de “formas a priori da intuição sensível”), que apenas nos concedem um múltiplo, sem a determinação da sua unidade, podem ser assimiladas ao espaço e ao tempo infinitos das “Exposições Metafísicas”, os quais precedem qualquer síntese. Porém, a remissão feita por Kant diz respeito propriamente às intuições formais, as quais contêm “a determinação da unidade” do múltiplo nelas contido, ou “a unidade da representação” (*KrV*, B160). A unidade mencionada nessas duas passagens não é a do espaço e do tempo considerados como dados em sua infinitude atual, mas sim aquela que resulta da realização de sínteses a priori, tal como vemos nas “Exposições Transcendentais” da “Estética”. Considerados sob este *prima*, espaço e tempo são atualmente finitos, ou infinitos apenas potencialmente.

Essa distinção entre formas da intuição e intuições formais pode ser compreendida, nesse contexto, de maneira semelhante à contraposição feita por Kant, em uma de suas *Reflexões*, entre um *totum syntheticum* e um *totum analyticum*: o primeiro é aquele cuja composição, segundo a sua possibilidade, está fundada sobre as partes; o segundo é aquele cujas partes, segundo a sua possibilidade, já pressupõem sua composição no todo (*Refl* 3789, AA 17: 293). Enquanto formas da intuição, espaço e tempo são *tota analytica*; enquanto intuições formais, *tota synthetica*. Logo, a menção feita à “Estética” no §26 não deve ser interpretada a partir de uma caracterização meramente unívoca do espaço e do tempo, devendo, ao contrário, ser feita tendo em vista o duplo modo como eles podem ser representados.

O outro elemento mencionado acima, e que afirmamos ser igualmente importante para a compreensão da tese kantiana, é a síntese aí em questão, a partir da qual se dá a unificação do múltiplo espaciotemporal. A alusão que é feita, no fim da nota em apreço, ao §24 da “Dedução”, deixa claro que se trata da síntese

transcendental da imaginação, realizada “na medida em que o entendimento determina a sensibilidade”. No §26, Kant atesta novamente a necessidade tanto da imaginação (que sintetiza o múltiplo) quanto do entendimento (que fornece a regra para a síntese) para a representação objetiva do tempo e do espaço. Porém, o modo como essa síntese é aqui descrita gera problemas sobre como deve ser compreendida essa determinação do entendimento. Kant afirma que a unidade das intuições formais “é anterior a todo conceito, embora pressuponha uma síntese que não pertence aos sentidos, mas mediante a qual se tornam possíveis todos os conceitos de espaço e tempo” (*KrV*, B160, grifo nosso).

A fim de justificarmos em que medida a unidade constitutiva das intuições formais pode anteceder conceitos em geral, tomemos em consideração cada uma das três classes de conceitos relevantes para Kant, sejam estes empíricos, sensíveis puros, ou categorias. Em primeiro lugar, se tivermos em mente que a síntese que origina esta unidade é pura, não será difícil compreender que ela independe da aplicação de conceitos empíricos, sendo, portanto, anterior a esse tipo de conceito.

Em segundo lugar, tomando como exemplo o caso do espaço, nós poderíamos pensar, à primeira vista, que a representação de sua unidade objetiva enquanto intuição formal poderia ser identificada com figuras geométricas particulares⁶, as quais são formadas mediante a construção de conceitos sensíveis puros (geométricos). Assim, tais figuras representariam delineamentos realizados dentro do espaço atualmente infinito (forma da intuição), que deve lhes servir de fundamento. Todavia, essa parece ser justamente a hipótese que está sendo desautorizada por Kant no §26⁷, o que, segundo cremos, ocorre pela seguinte razão: a síntese da imaginação aqui em questão deve cumprir duas exigências, a saber, ela deve ser ao mesmo tempo pura e transcendental, de modo a poder condicionar a possibilidade dos nossos conhecimentos em geral. Embora as sínteses empregadas na construção de figuras geométricas específicas satisfaçam à primeira destas exigências, o mesmo não pode ser dito sobre segunda, pois, sendo realizadas segundo conceitos de objetos particulares, tais sínteses não podem contribuir para a explicação da possibilidade do conhecimento de objetos em geral. Semelhantemente, no caso do tempo, a sua unidade não poderia ser transcendental se envolvesse apenas durações ou intervalos temporais específicos, pois sua abrangência seria apenas parcial.

Resta-nos, portanto, em terceiro lugar, o caso das categorias do entendimento, o qual também gera dificuldades: se a síntese que constitui a unidade das intuições formais é transcendental, e se as categorias do entendimento possuem este mesmo caráter (porquanto condicionam a possibilidade do conhecimento de objetos em geral), então não fica claro por que essa mesma síntese deveria ser anterior às

⁶ Tal sugestão é encontrada, por exemplo, na clássica obra de H. de Vleeschauwer, (*De Vleeschauwer*, 1936, p. 77).

⁷ Um ponto de vista semelhante é defendido por Friedman (*Friedman*, 2012, p. 24).

categorias. Tal questão poderia ser explicada a partir de uma analogia com o que Kant expõe no §15 da “Dedução”, onde, antes de tratar propriamente unidade sinteticamente originária da apercepção, ele introduz alguns princípios atinentes a tal noção de unidade. Aí, ele nos refere que ela “precede a priori todos os conceitos de ligação”, não se identificando, portanto, com a “categoria de unidade” (*KrV*, B131). As categorias, consideradas individualmente, já pressupõem a unidade originária da apercepção, de maneira que esta tem de ser buscada “mais acima, a saber, naquilo que contém o fundamento da unidade dos diversos conceitos nos juízos” (*KrV*, B131).

Da mesma forma como, nesse contexto (§15), a unidade transcendental da apercepção não se identifica pura e simplesmente com as unidades categoriais específicas, sendo considerada mais originária em relação a estas, assim também no §26 a unidade que constitui as intuições formais deve ser encontrada “mais acima”, precedendo cada uma das categorias em particular. Nesse sentido, ela também é anterior às categorias e, portanto, “a todo conceito”. Somente em um ato posterior ela será especificada de acordo com cada uma das categorias (nós retornaremos a esse ponto logo adiante). Embora o próprio Kant não lhe atribua nenhuma denominação específica, parece-nos razoável chama-la de “unidade transcendental do espaço e do tempo” a fim de destacar o seu paralelismo com a unidade transcendental da apercepção. É “dentro” desta unidade sensível que todas as demais formas espaciais e durações temporais particulares deverão ser representadas, razão pela qual Kant afirma na nota do §26 que através dela “se tornam possíveis todos os conceitos de espaço e de tempo”.

Nossa proposta de compreensão do tempo e do espaço como intuições formais é feita com base na caracterização que Kant faz, no §24 da “Dedução”, do modo como a síntese transcendental da imaginação atua sobre o múltiplo ainda indeterminado dos sentidos. Segundo ele, o sentido interno contém a simples forma da intuição, “mas sem a ligação do múltiplo nela inclusa, não contendo, portanto, nenhuma intuição determinada; esta só é possível pela consciência da determinação do seu sentido interno mediante o ato transcendental da imaginação” (*KrV*, B154).

Esta passagem é significativa para os nossos propósitos, pois vemos aí uma contraposição equivalente à do §26 entre a forma indeterminada do nosso sentido interno (forma da intuição), e a forma determinada deste (intuição formal), o que se dá mediante a ação transcendental da imaginação. Logo em seguida, Kant indica que o espaço e o tempo são representados como determinados tendo em vista o caráter figurativo dessa mesma síntese: o espaço e suas três dimensões são representados objetivamente à medida que imaginamos três linhas perpendiculares sendo traçadas a partir do mesmo ponto; a representação figurativa da unidimensionalidade do tempo é feita nos mesmos moldes, porém mediante uma única linha reta, que deve poder se estender indefinidamente. O que está em jogo aí é o fato de que a síntese da imaginação, em seu uso puro e transcendental, é responsável pela representação

objetiva do espaço e do tempo enquanto tais, considerados como um todo. A partir desse processo eles podem ser denominados intuições formais e compreendidos como “unidades transcendentais” no sentido explicitado acima.

Entretanto, é válido notar em que medida esse modo de objetivação apresenta diferenças em relação às alternativas apresentadas anteriormente. Por um lado, essas intuições formais, consideradas atualmente, só podem ser finitas. Nesse sentido, elas são *tota synthetica*, pois a síntese que as unifica procede das partes para o todo. A infinitude que pode lhes ser atribuída, é apenas *potencial*, tal como se dá no caso da possibilidade de se estender indefinidamente uma linha reta ou três perpendiculares. Essa representação objetiva pressupõe, como sua condição, um infinito dado atualmente (forma da intuição), o qual, sendo anterior à síntese, fornece um múltiplo ainda indeterminado. Por outro lado, trata-se do espaço e do tempo representados como objetos únicos, e não propriamente como um conjunto de formas espaciais particulares (círculos, triângulos, etc.) ou de intervalos de tempo determinados. No caso do espaço, essa representação possui as mesmas características que, na seção anterior, vimos serem atribuídas ao “espaço geométrico”, salvo que, no presente caso, a imaginação produtiva realiza a síntese não de muitos, mas de um único espaço.

Kant conclui a nota do §26 com uma última observação acerca dessa unidade, a qual, segundo ele, “pertence ao espaço e ao tempo, não ao conceito do entendimento (§24)”. Com esta remissão a uma seção anterior, ele pretende destacar o seu caráter sensível, na medida em que ela é produzida por uma faculdade de sínteses igualmente sensíveis (imaginação), referindo-se, portanto, ao próprio espaço e ao próprio tempo representados como unidades objetivas. Por oposição à síntese intelectual (*synthesis intellectualis*), que depende apenas do entendimento e se manifesta em atos lógico-judicativos, a síntese figurada (*synthesis speciosa*) da imaginação se faz presente em nossos atos perceptivos e independe de qualquer ato explícito de conceitualização (*KrV*, B151).

Com base no que foi exposto acima, podemos estabelecer uma distinção inicial entre dois tipos de intuições formais. As primeiras, que chamaríamos simplesmente de puras, dizem respeito à construção de figuras e formas geométricas particulares, ou seja, representam a forma sensível de classes específicas de objetos. As segundas, que denominaríamos transcendentais (porquanto são oriundas de uma síntese dotada desse mesmo caráter), condicionam a possibilidade do conhecimento de objetos sensíveis em geral, e não apenas de formas particulares, razão pela qual devem possuir um primado epistêmico em relação às primeiras. Sendo transcendentais, elas também são puras, uma vez que independem da afecção por dados empíricos. Ambas são, portanto, intuições formais puras, mas só as do segundo tipo são transcendentais.

Detenhamo-nos agora um pouco mais detalhadamente nestas últimas, as transcendentais. Acima, procuramos justificar sua anterioridade em relação a

conceitos em geral, o que compreendeu também as categorias do entendimento. Neste momento, porém, cumpre notar o caráter contextual daquela justificativa, porquanto se dirige especificamente ao passo citado em *KrV* B160. Com isso queremos dizer que, embora nesta passagem haja menção a uma unidade que antecede cada categoria em particular, nada impede que esta unidade transcendental também possa ser representada categorialmente. Antes, é necessário que isso possa ocorrer. Do contrário, haveria dúvidas quanto ao papel e à relevância das categorias do entendimento na segunda parte da “Dedução”.

Já assinalamos que, na primeira parte desta, Kant trata primeiramente da unidade transcendental da apercepção, anterior a cada uma das categorias. Somente em um momento posterior nós vemos esta unidade se desdobrar nas formas lógicas do juízo (§19) e nas categorias propriamente (§20). O mesmo deve poder ocorrer com as intuições formais que figuram no §26, ou seja, apesar de não se identificarem com nenhuma categoria específica, elas devem poder se desdobrar de acordo com cada uma destas. Isso fica claro na segunda das três partes que compõem o §26, onde Kant introduz dois exemplos que ilustram essa ideia (*KrV*, B162-3). O primeiro deles trata da apreensão das partes de uma casa no espaço, para o que seria necessária a unidade sintética do múltiplo espacial e, por conseguinte, da categoria de quantidade, responsável pela síntese do homogêneo na intuição. O segundo diz respeito à percepção do congelamento da água, o que exige a unidade necessária do tempo de acordo com a categoria de causa, a partir da qual os estados líquido e sólido podem ser representados segundo uma sucessão necessária.

Nesse ponto de sua argumentação, Kant faz menção somente a estas duas categorias, quantidade e causalidade. É somente no capítulo dedicado ao “Esquematismo” que veremos este desdobramento de maneira mais completa. Na verdade, estas intuições formais transcendentais, consideradas categorialmente, não são outras senão os esquemas transcendentais relativos a cada uma das categorias. Tais esquemas são representações ambivalentes, sendo a um só tempo sensíveis e universais, homogêneos às categorias e aos fenômenos, porquanto recebem daquelas a sua unidade (a partir da síntese transcendental da imaginação) e representam a forma sensível da totalidade destes. Nessa medida, eles são correlatos sensíveis das categorias, que atuam não propriamente como condição do pensamento de objetos em geral, mas na percepção dos objetos no espaço e no tempo.

Da mesma forma, se tivermos em mente a argumentação desenvolvida acima, podemos compreender que o espaço e o tempo cuja unidade é “anterior a todo conceito” também funcionam como correlatos sensíveis da unidade transcendental da apercepção, razão pela qual chamamos aquela de “unidade transcendental do espaço e do tempo”. Em uma palavra, assim como a unidade transcendental da apercepção se desdobra em categorias particulares, assim também o seu correlato sensível, a “unidade transcendental do espaço e do tempo” (intuição formal não

categorial) se desdobra em esquemas categoriais específicos (intuições formais categoriais).

A título de esclarecimento, as distinções realizadas até aqui entre formas da intuição e intuições formais poderiam ser sumariadas da seguinte maneira, seguindo um ordenamento que vai do condicionante ao condicionado: 1) Formas da intuição: espaço e tempo como magnitudes infinitas dadas, com um múltiplo ainda indeterminado, presentes nas “Exposições Metafísicas” da “Estética”. 2) Intuições formais (primeiro sentido): espaço e tempo representados como objetos singulares mediante a síntese transcendental da imaginação, potencialmente infinitos, “anteriores a todo conceito” (“Exposições Transcendentais” da “Estética”, §24 e §26 da Dedução), por nós denominadas como “unidades transcendentais” do espaço e do tempo⁸. 3) Intuições formais (segundo sentido): determinações categoriais do tempo em geral, esquemas transcendentais, representados a partir de uma especificação da síntese transcendental da imaginação. 4) Intuições formais (terceiro sentido): puras e não-transcendentais, representadas a partir de regras construtivas relativas a uma classe específica de objetos, formas geométricas particulares, durações temporais determinadas.

Uma última questão da qual vale a pena nos ocuparmos é a de saber por que são necessárias estas representações unificadas do espaço e do tempo enquanto objetos singulares e anteriores a todo conceito (intuições formais no primeiro sentido

⁸ Em um trabalho mais recente, Fichant também estabelece uma diferenciação entre o espaço objetivo singular e as delimitações (figuras) construídas dentro deste (itens 2 e 4 do parágrafo acima, respectivamente) (Fichant, 2004, p. 548). Cremos que esta leitura nos aproxima de algumas teses por ele desenvolvidas, por oposição ao que nos referimos como “intelectualismo”. Todavia, gostaríamos também de assinalar alguns aspectos importantes em que a leitura por nós apresentada se afasta da de Fichant. Este, em seus dois artigos aqui citados, se detém em análises que se voltam única e exclusivamente para a representação do espaço, e não para a do tempo. Isso não ocorre por nenhum tipo de negligência de sua parte, mas sim por ele enxergar diferenças na natureza das duas representações, que o levam a privilegiar o espaço em detrimento do tempo. Assim em seu primeiro trabalho, ele afirma que a reformulação do quarto tópico da “Exposição Metafísica do Espaço”, na segunda edição da primeira Crítica, tinha por fim desconectar o espaço do tempo (p.33), caracterizando uma grandeza infinita dada como um infinito atual, e não apenas como a potencialidade de um percurso ilimitado (como, para ele, seria o caso do tempo). De nossa parte, cremos que essa dissociação entre tempo e espaço dificilmente poderia ser realizada de maneira tão patente, como parece propor Fichant, razão pela qual procuramos, ao longo de todas as nossas análises, fornecer justificativas válidas para a compreensão de ambas as representações, seja como formas da intuição ou como intuições formais. Nesse sentido chegamos a falar, no final da segunda parte do presente trabalho, de um “tempo metafísico”, anterior a toda síntese, o qual deveria ser compreendido em moldes semelhantes aos do seu correlato espacial. Sobre a relação entre as representações do tempo e do espaço, é notável que ao longo de quase toda a extensão da “Análítica Transcendental” Kant confira um claro primado ao primeiro destes. É isso que lhe permite afirmar, por exemplo, que a representação do tempo é condição formal de todos os fenômenos em geral, ao passo que o espaço limita-se, “como condição a priori, simplesmente aos fenômenos externos” (*KrV*, B50). A consideração do tempo como intuição formal é de importância fundamental para que se possa compreender a ligação que Kant realiza, na segunda parte da “Dedução B”, entre as categorias e os nossos atos perceptivos, o que é feito por intermédio da síntese transcendental da imaginação. É justamente essa representação objetiva do tempo que permite a Kant defender a ideia de que “tudo o que pode se apresentar aos nossos sentidos deve estar submetido a leis que derivam a priori do entendimento” (*KrV*, B160, grifo nosso), o que inclui tanto a nossa experiência externa quanto a interna.

acima, item 2). Seria possível colocar em dúvida esta necessidade com base na pressuposição de que seríamos capazes, por exemplo, de construir uma figura (um quadrado, digamos) no espaço indeterminado, a partir da simples unificação de um múltiplo espacial ainda não sintetizado. Assim, precisaríamos somente de dois elementos: a representação originária e pré-sintética do espaço (forma da intuição) e a regra construtiva que nos ensina a formar aquela figura específica de quatro lados e ângulos iguais. No caso do tempo, poderíamos semelhantemente representar uma duração determinada tendo por base somente o múltiplo fornecido originariamente na forma de nossa intuição temporal. Não ficaria clara, portanto, a necessidade de um espaço ou de um tempo unificados (intuições formais) nos quais estas intuições particulares (o quadrado ou o intervalo de tempo) devessem ser representadas.

Creemos, porém, que esta representação do espaço é indispensável para que se possa pôr em relação aquilo que se encontra em seu interior. Se, por exemplo, alguém se põe a medir a distância entre dois pontos no espaço, isso é possível na medida em que estes pontos são representados como inseridos no mesmo espaço singular, unificado. Do contrário, haveria um hiato que os tornaria incomunicáveis, e eles só poderiam ser considerados isoladamente. Esse espaço unificado, ao impedir tal desagregação, funciona como um sistema de coordenadas onde todas as suas partes poderão ser situadas e localizadas umas em relação às outras. Se qualquer objeto for construído dentro desse espaço, a sua posição poderá ser determinada com precisão a partir destas coordenadas.

Analogamente, no caso do tempo, a sua representação unificada é necessária para que todos os seus instantes possam ser situados uns em relação aos outros a partir das noções de anterioridade e posterioridade. Essa intuição formal objetiva atua como uma espécie de “linha do tempo”, onde as suas diversas coordenadas são estabelecidas com base em um ponto de referência único, a partir do qual os diversos eventos poderão encontrar uma posição determinada. É isso que nos permite, por exemplo, criar um ordenamento preciso entre uma multiplicidade de acontecimentos históricos. A principal diferença entre esses sistemas de coordenadas espaciais e temporais consistirá no número de dimensões presentes em cada uma delas: o espaço objetivo é tridimensional, ao passo que o tempo objetivo é unidimensional. Contudo, essas duas representações objetivas, para que possam abranger a totalidade dos eventos da natureza em geral, devem ser potencialmente infinitas.

Considerações finais

De acordo com a interpretação aqui defendida, pode-se ver como algumas teses apresentadas por Kant na “Estética”, principalmente no que diz respeito ao modo como nossas intuições originárias (formas da intuição), sendo infinitas, têm de ser dadas anteriormente a qualquer síntese, não contradizem outras seções da primeira *Crítica*, nas quais o foco das análises está voltado para as representações do

espaço e do tempo determinadas sinteticamente. Esse é o caso dos “Axiomas da Intuição”, onde Kant defende a ideia de que o espaço e o tempo, enquanto grandezas extensivas, devem ser representados através de uma síntese sucessiva (*KrV*, B202-3). Assim, críticas como as de Wolf, segundo o qual a prova do princípio dos “Axiomas” seria “a mais clara contradição das provas empregadas na Estética” (Wolf, 1970, p. 228), podem ser evitadas ao considerarmos que a necessidade de uma síntese sucessiva diz respeito ao espaço e ao tempo considerados como intuições formais, não como formas da intuição. Nessa mesma direção, ao comentar a tese da “Primeira Antinomia”, Kant observa que “uma grandeza infinita dada (...) é impossível” (*KrV*, B459), o que se refere a grandezas cujas partes são compostas sinteticamente, não propriamente ao espaço e ao tempo que, em suas respectivas “Exposições Metafísicas”, são representados como dados em sua infinitude.

A presente discussão, ao procurar deixar clara a contraposição entre formas da intuição e intuições formais, também atesta a existência de limites para a ação da imaginação e do entendimento em relação ao múltiplo sensível a priori. É necessário que este seja dado anteriormente à própria síntese, o que nos permite afirmar que as duas referidas faculdades, ainda que atuem em conjunto, não são responsáveis pela criação do múltiplo enquanto tal, mas somente pela produção de formas espaciais e temporais objetivas a partir dele. Cremos ser por essa razão que Kant afirma, no começo do §10, que a lógica transcendental “possui diante de si um múltiplo da sensibilidade a priori” (*KrV*, B102), o qual lhe é fornecido pela “Estética”. O modo como são aí opostos os elementos lógicos aos meramente estéticos deixa claro que se trata de um múltiplo ainda indeterminado, o qual deve ser sintetizado pela imaginação. Logo, a atividade produtiva desta é de caráter estruturante, e não criador.

Teses como a de Longuenesse nos pareceram problemáticas por não reconhecerem o devido limite na esfera de ação da imaginação e do entendimento, o que nos revela um intelectualismo que se caracterizaria, em última análise, como uma redução das condições da nossa receptividade às da espontaneidade. Contrariamente a esse ponto de vista, procuramos mostrar que não há uma subordinação compreendida nesses moldes, isto é, que a síntese transcendental da imaginação não é responsável pela produção da sensibilidade pura e simplesmente, mas somente pela forma daquilo que é dado anteriormente à sua atividade. Nessa medida, cremos ser possível afirmar que se trata de uma via não intelectualista.

Contudo, também não cremos que esta via possa ser defendida nos mesmos moldes de uma “radicalidade da Estética”, tal como propõe Fichant, como uma absoluta irreducibilidade desta à “Lógica”. A partir das análises acima, pode-se observar o seguinte: assim como o “eu penso” deve poder acompanhar todas as minhas representações, assim também a ação sintética da imaginação deve poder se estender irrestritamente sobre o múltiplo indeterminado que lhe é fornecido pelas formas da intuição, não havendo nada que, por direito, impeça a continuidade do

exercício de sua síntese. Do contrário, haveria objetos incognoscíveis na nossa sensibilidade, tese oposta à ideia kantiana de que as categorias são aplicáveis a tudo que possa se apresentar aos sentidos. Nesse sentido, as representações do espaço e do tempo produzidas pela imaginação transcendental (intuições formais), embora não possam ser atualmente infinitas, devem poder sê-lo ao menos potencialmente, do mesmo modo como uma linha reta infinitamente extensível representa figurativamente a dimensão única do tempo. Logo, dentro dos limites impostos pelas formas da intuição, a atividade da espontaneidade é ilimitada.

Referências bibliográficas

- ALLISON, H. *Kant's Transcendental Idealism: an interpretation and defense*. New Haven and London: Yale University Press, 2004.
- DE VLEESCHAUWER, H. J. *La déduction transcendente dans l'oeuvre de Kant*, Vol. 2. Paris: Leroux, 1936.
- FICHANT, M. *L'espace est représenté comme une grandeur infinie donnée. La radicalité de l'Esthétique*. Philosophie, no. 56 (1997), pp. 20-48.
- FICHANT, M. *Espace esthétique et espace géométrique chez Kant*. Revue de Métaphysique et Morale, 2004/4, no. 44, pp. 530-550.
- FRIEDMAN, M. *Kant and the Exact Sciences*. New York: Harvard University Press, 1998.
- FRIEDMAN, M. *Geometria e intuição espacial em Kant*. Kant e-prints 7 (2012), pp. 02-32.
- HEGEL, F. *Fé e Saber* (trad. e org. por O. Tolle) São Paulo: Hedra, 2009.
- HEIDEGGER, M. *Phänomenologische Interpretation von Kants Kritik der reinen Vernunft*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1995.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. (trad. por M. Santos e A. Morujão). Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- KANT, I. *gesammelte Schriften*. Hrsg. von der Königlich Preussischen Akademie der Wissenschaften. Berlin und Leipzig: de Gruyter, 1942, 29 vols.
- KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*. Hamburg: Meiner Verlag, 1990.
- LACHIÈZE-REY, P. *L'idéalisme kantien*. Paris: Vrin, 1972.
- LOCKE, J. *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* (trad. por P. Pimenta). São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- LONGUENESSE, B. *Kant and the Capacity to Judge*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 1998.
- LONGUENESSE, B. *Kant on the Human Standpoint*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- NATORP, P. *Die logischen Grundlagen der exakten Wissenschaften*. Berlin und Leipzig: B.G. Teubner, 1910.

- WAXMAN, W. *Kant's Model of Mind. A New Interpretation of the Critique of Pure Reason*. New York: Oxford University Press, 1991.
- WOLFF, P. *Kant's theory of Mental Activity*. New York: Peter Smith Publishing, 1970.

Resumo: Este artigo trata do debate envolvendo a distinção feita por Kant, na controversa nota do §26 da *Crítica da Razão Pura*, entre formas da intuição e intuições formais, da qual resulta um duplo modo de se representar o espaço e o tempo. Será defendida aqui uma visão não intelectualista da atividade produtiva da imaginação transcendental: tomando como base a referida distinção, nosso principal objetivo é mostrar como esta síntese produz nossas representações objetivas do tempo e do espaço de um modo condizente com a independência entre entendimento e sensibilidade, não sendo a totalidade desta um simples produto daquele. As intuições formais do §26 caracterizam o espaço e o tempo enquanto intuições *potencialmente* infinitas. Isso nos permitirá divisar um limite preciso entre a espontaneidade do entendimento e receptividade das nossas intuições, o que eu compreendo aqui por não intelectualismo.

Palavras-chave: Kant; intuição; forma; imaginação; síntese; (não) intelectualismo

Abstract: This paper deals with the distinction made by Kant, in the much-debated note of §26 from the *Critique of Pure reason*, between forms of intuition and formal intuitions, from which results a double way of representing space and time. A non-intellectualist view of the productive activity of transcendental imagination will be defended here: based on the aforementioned distinction, I intend to show how this synthesis produces our objective representations of time and space in a manner consistent with the independence between sensibility and understanding, the totality of the former not being a mere product of the latter. The formal intuitions of §26 characterize space and time as *potentially* infinite intuitions. This idea allows us to set a clear limit between the spontaneity of understanding and the receptivity of our intuitions, what I understand here by non-intellectualism.

Keywords: Kant; form; imagination; synthesis; (non)-intellectualism

Recebido em: novembro 2018

Aprovado em: agosto 2019